



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 429

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1954

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 24, de 1954

Artigo único — É concedida aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Geral, Padrão PL-1, no cargo de Diretor Geral, Padrão PL,

nos termos do art. 191, § 1.º, da Constituição Federal, combinado com o art. 184, item I, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de Outubro de 1952), incorporando-se aos respectivos proventos da inatividade a gratificação adicional correspondente.

Senado Federal, em 31 de Julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.

Landulpho Alves — Vice-Presidente. (**)

Sá Tinoco. (**)

Júlio Leite.

Costa Pereira.

Plínio Pompeu.

Euclides Vieira. (***)

(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira

5 — Levindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*).

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alvaro Adolfo (**).

5 — Apolônio Sales (***)

6 — Carlos Lindenberg.

7 — Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco (****).

9 — Durval Cruz.

10 — Euclides Vieira.

11 — Ferreira de Souza.

12 — Mathias Olympio (*****).

13 — Pinto Aleixo.

14 — Plínio Pompeu (*****).

15 — Veloso Borges.

16 — Vitorino Freire (*****).

17 — Walter Franco (*****).

(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.

(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.

(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.

(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****) Substituído pelo Senador Thomaz Rodrigues.

(*****) Substituído pelo Senador Antônio Bayma.

(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Evandro Vianna.

Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Mercio.

Ferreira de Souza.

Flávio Guimarães.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Luz Tinoco.

Olaivo Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.

2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mader.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

7 — Cicero de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.

2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.

3 — Novaes Filho.

4 — Bernardes Filho.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mathias Olympio.

7 — Assis Chateaubriand. (*)

8 — João Villasboas.

(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.

2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.

3 — Aloysio de Carvalho.

4 — Carvalho Guimarães.

5 — Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.

Alfredo Simch — Vice-Presidente.

Prisco dos Santos.

Vivaldo Lima.

Durval Cruz.

Secretário — Aurea de Barros Rêgo.

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.

2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Nestor Massena.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mozart Lago.

7 — Júlio Leite.

Secretário — Julietta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — Presidente.

Otonir Gomes — Vice-Presidente.

Alencastro Guimarães.

Othon Mader.

Antônio Bayma.

Secretário — Francisco Soara.

Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 10 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.

2 — Otonir Gomes — Vice-Presidente.

3 — Magalhães Barata.

4 — Ismar de Góis.

5 — Silvio Curvo.

6 — Walter Franco.

7 — Roberto Glasser.

Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindenberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.
Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
Othon Mäder.
Ruy Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.
Julio Leite.
Landulpho Alves.
Mario Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*.
Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso — *Relator*.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lucia de Moraes Cavalcanti.
Reunidas as sextas-feiras, às 12 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.
Avaro Adolpho — *Vice-Presidente*.
João Villasbôas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.
2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novaes Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.
2 — Ivo d'Áquino.
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral*.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 94,00

Exterior

Ano Cr\$ 124,00

FUNÇÃOÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 30,00
Ano Cr\$ 70,00

Exterior

Ano Cr\$ 120,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista de comprovante de recebimento.

Os cheques e valores postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 2,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 — Dario Cardoso — *Presidente*.
- 2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
- 3 — Anísio Jobim.
- 4 — Atílio Vivacqua.
- 5 — Camilo Mercio.
- 6 — Ferreira de Souza.
- 7 — Flávio Guimarães.
- 8 — Gomes de Oliveira.
- 9 — Joaquim Pires.
- 10 — Olavo Oliveira.
- 11 — Waldemar Pedrosa.
- 12 — Mozart Lago.
- 13 — Hamilton Nogueira.
- 14 — Guilherme Malaquias.
- 15 — Nestor Massena.
- 16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória Fernandina Quintela.

Auxiliar — Nathercia Sá-Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.
- 2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
- 3 — Kerginaldo Cavalcanti.
- 4 — Othon Mäder.
- 5 — Ruy Carneiro.

Secretário — Italina Cruz Alves.

Sobre a Mesa para recebimento de emendas nos dias 3 e 4

- 1) — Projeto de Resolução n.º 41, de 1954 que dispõe sobre a votação de proposição considerada em parecer parcialmente inconstitucional.
- 2) — Projeto de Resolução n.º 32, de 1954, que prevê a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia.

95.ª SESSÃO EM 3 DE AGOSTO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Onofre Gomes.
- 2.º Sen. Costa Paranhos.
- 3.º Sen. Mozart Lago.

ATA DA 94.ª SESSÃO EM 2 DE AGOSTO DE 1954

PRESIDÊNCIA DO SR. ALFREDO NEVES

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa. — Anísio Jobim. — Prisco dos Santos. — Álvaro Adolpho. — Antonio Bayma. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Tomaz Rodrigues. — Novaes Filho. — Djair Brindeiro. — Ezequias da Rocha. — Cicero de Vasconcelos. — Esperidião de Farias. — Julio Leite. — Aloysio de Carvalho. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Bernardes Filho. — Nestor Massena. — Levidio Coelho. — Costa Paranhos. — Dario Cardoso. — Costa Pereira. — Rocha Dias. — Flávio Guimarães. — Roberto Glasser. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Áquino. — Alfredo Simch. — Camilo Mercio. — (31).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 31 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 1.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) lê o seguinte

Expediente

Mensagem n.º 128-54, do Sr. Presidente da República, acusando o recebimento das de ns. 63 a 65, desta Casa.

Ofícios:

— Cinco, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.152, 1.153, 1.155, 1.157 e 1.162, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 1954

(4.269-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de rescisão de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Thomas Victor Jones.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que denegou registro ao termo de rescisão de contrato celebrado, em 31 de agosto de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Thomas Victor Jones.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 1954

(4.268-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de rescisão de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Luiz Augusto Lima e sua mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado, em 4 de agosto de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Luiz Augusto Lima e sua mulher, para execução de irrigação em cooperação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1954

(4.297-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e José Delfino da Silva e sua mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato de cooperação celebrado, em 29 de setembro de 1952, entre o Governo Federal e José Delfino da Silva e sua mulher, regulando a execução e pagamento das obras necessárias à irrigação das terras de sua propriedade situadas no lugar denominado Ouro Velho, Município de Caxias, Estado do Maranhão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 1954

(4.298-A-54, na Câmara)

Approva o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Francisco Borges dos Santos e sua mulher Zulmira Brito dos Santos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato de cooperação celebrado em 11 de novembro de 1952, entre o Governo Federal e Francisco Borges dos Santos e sua mulher Zulmira Brito dos Santos, regulando a execução do pagamento das obras necessárias à irrigação das terras de sua propriedade situadas na fazenda "Recreio", no Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1954

(4.331-A-54, na Câmara)

Approva o contrato de cooperação celebrado entre a União e Cícero Florentino de Sá Cavalcanti e sua mulher Zilda de Sá Cavalcanti.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato de cooperação celebrado, em 10 de dezembro de 1950, entre a União e Cícero Florentino de Sá Cavalcanti e sua mulher Zilda de Sá Cavalcanti, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água necessária à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima, Kerginaldo Cavalcanti, Ferreira de Souza, Ruy Carneiro, Velloso Borges, Durval Cruz, Pereira Pinto, Othon Mäder (8).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Magalhães Barata, Victorino Freire, Arêa Leão Mathias Olympio, Olavo Oliveira, Georgino Avelino, Assis Chateaubriand, Martiniano Fernandes, Walter Franco, Landulpho Alves, Pinto Aleixo, Carlos Lindenberg, Luiz Tinoco, Attilio Vivacqua, Sá Tinoco, Cesar Vergueiro, Marcondes Filho, Euclides Vieira, Silvio Curvo, Vespasiano Martins, Gomes de Oliveira, Francisco Gallotti, Alberto Pasqualini (23).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Projeto que vai ser lido.

É lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional o seguinte:

Projeto de Lei do Senado n.º 63, de 1954

Determina a matrícula dos Sub-oficiais e Sargentos da Marinha e da Aeronáutica, que mencionam, no Curso de Formação e Oficiais da Escola de Saúde do Exército.

Art. 1. Os Sub-oficiais e Sargentos da Marinha e da Aeronáutica, di-

plomados em Medicina, Farmácia ou Odontologia, por Escolas ou Faculdades oficialmente reconhecidas, com 5 (cinco) anos, no mínimo, de efetivo serviço na Marinha ou na Aeronáutica, serão matriculados no respectivo curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército, independente de exame de admissão.

Parágrafo único. Os requerimentos de matrícula mencionados deverão ser apresentados nas épocas oportunas fixadas nos regulamentos em vigor.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O projeto n.º 277 de 1953, hoje transformado na Lei n.º 2.167, de 11-1-54, "Determina a matrícula dos Oficiais do Q.A.O., dos Subtenentes e dos argentes do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Saúde do Exército."

Ao então projeto n.º 277, no Senado, foi oferecida uma emenda incluindo entre os seus beneficiados os Sub-oficiais e Sargentos da Marinha e da Aeronáutica, que preenchessem os requisitos exigidos.

Essa emenda foi apresentada com fundamento nos princípios básicos das instituições militares (hierarquia e disciplina) estabelecidos no art. 176 da Constituição Federal que através de códigos, estatutos e regulamentos se resumem na garantia de direitos e deveres iguais para elementos do mesmo posto ou graduação, dentro das Forças Armadas do País.

Ora, como na Marinha e na Aeronáutica (elementos das Forças Armadas) os militares que se encontravam em situação idêntica, não gozavam de favores iguais ou semelhantes, impunha-se a necessidade de incluí-los no projeto, para não ficar aqueles princípios básicos, criando uma situação de desigualdade entre elementos de uma mesma classe.

A medida visava enquadrar perfeitamente o projeto dentro das regras estabelecidas na legislação militar, reconhecendo o direito daqueles que em igualdade de condições, nas suas Armas não gozavam de semelhante amparo embora também tivessem demonstrado capacidade, aprimorando conhecimentos úteis e de nível de superior cultura, a despeito dos rigores da caserna.

Por outro lado, a proposição era vantajosa não só para o exército, porque lhe proporcionava profissionais já afeiços à vida militar para preenchimento dos claros existentes nos seus Quadros, como também, para o Tesouro Nacional, porque evitava despesas com novas admissões de pessoal.

Justa, humana e vantajosa era, portanto, a medida pleiteada, mas dada a urgência da aprovação daquele projeto, a emenda oferecida foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Segurança Nacional do Senado, para constituir projeto em separado.

Nada mais é, portanto, o presente projeto, que a emenda já aprovada por aquelas Comissões do Senado e aprová-lo já agora seria confirmar deliberação anterior que tem por objetivo defender direitos e recompensar esforços de valerosos soldados que, na Paz, batalham por um ideal, defendendo, assim, a grandeza moral da Pátria.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Mozart Lago, primeiro orador inscrito.

O SR. MOZART LAGO:

(Não foi ouvido pelo sistema de transmissão sonora do Senado Nacional da Câmara, que também não pôde transmitir a voz do Senador.)

cimento à Nação e, especialmente, ao povo de Manhumirim, no Estado de Minas Gerais.

"Do Adhemar de Barros — Diretor Partido Social Progressista. — Avenida Rio Branco — Rio.

Manhumirim, 24 — Queira Vossência dignar-se comunicar ilustre Senador Mozart Lago a fim seja levado conhecimento congresso v.g. ocorrência calamitosa nesta cidade conforme passarei a expor bipt Prefeitura concedeu licenças comerciantes construir casas madeiras em terrenos centro cidade os quais dizem ser propriedade Estrada Ferro Leopoldina pt Referida estrada dizendo se referida seu direito v.g. ordenou fosse fechado todo terreno v.g. prejudicando assim toda população vem usufruindo espaço trânsito bem como pracas referidos terrenos pt Se aquela entidade tem direito proceder esta forma v.g. autoridade superiores deverão intervir seja intimada Prefeitura suspender concessão assim como desmanchar bira nessesista construído também mesmos terrenos v.g. os quais foram entregues uso exclusivo público nt. Dirto este apelo nome esta tá tão sacrificada gente pela indiferença comodismo eternos mandantes sua sorte nt. Saudações — *Guilherme de Macedo Marques*".

Sr. Presidente, em poucas palavras, o caso é o seguinte: o Prefeito de Manhumirim mediante pedido de licença, permitiu que trabalhadores e pequenos funcionários públicos estaduais e municipais construíssem suas residências em terrenos vizinhos da estação da Ferrovia Leopoldina, na cidade de Manhumirim.

A Leopoldina Railway, dizendo-se com direito a esse terreno, obteve que o Prefeito local o desapropriasse, pon-do na rua todos aqueles que já se haviam instalado em suas casinhas ali construídas.

Não tive oportunidade de conversar sobre o assunto com o eminente Diretor da Leopoldina Railway, Coronel Gashvoo Chagas Pereira, meu amigo, espírito liberal, que, não só à frente da Estrada de Ferro Leopoldina como em outros setores de atividade, sempre deu muita especial atenção ao povo sacrificado. Ainda agora, procurou remediar, da melhor forma, os empregados da ferrovia sob sua direção.

Não há dúvida que o direito de desapropriação por utilidade pública está firmado na Constituição vigente: mas também não é menos certo que a desapropriação se pode fazer por interesse social. Na hipótese, — parece-me — o Prefeito local ou as autoridades superiores que determinaram a alienação, verificando que os terrenos estavam sendo ocupados pela construção de casas destinadas a trabalhadores e pequenos funcionários, deveriam desapropriá-los por interesse social, entregando-os mediante breve pagamento ou indenização, aos que requereram licença para ali construir seus lares.

É inadmissível que, num município, como o de Manhumirim, a estação d'uma ferrovia, para armar volumes confiados à sua guarda, consiga desapropriar terras necessárias à moradia da população local.

Desta tribuna, apelo para o Coronel Gashvoo Chagas Pereira, certo de que intercedendo junto ao Prefeito local, restituirá ao povo de Manhumirim as terras em que começou a construir seus lares. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, segundo orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, terceiro orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, anteontem, recebi a visita do Padre Albino Kumath, Diretor Eclesiástico da Sociedade Operária de Assistência Social da Cidade do Rio Grande, e também Diretor Eclesiástico do Instituto Sagrada Família na mesma cidade, onde mantém creche, Jardim de Infância, Escola Primária, oficinas, Escola de Corte, de Costuras e Bordados, Ambulatório Médico, Gabinete Dentário, Farmácia Agência de Emprégo e Cinema para operários.

Durante a palestra que mantive com esse Sacerdote, pude verificar que a sua constante preocupação não é só salvar as almas, mas também a de contribuir para o bem-estar daqueles que vivem em sua terra.

A sua palavra sempre inspirada nos mais elevados propósitos cristãos, revela um homem de fé, caridoso e patriota.

Por isso deve ser ouvida e considerada por aqueles que têm responsabilidade e encargos de zelar pelo bem estar social.

Disse o Padre Kumath que menores de 14 anos estão sendo intoxicados pelas emanagens de carvão e enxofre das Minas de S. Jerônimo. Aproximadamente seis mil criaturas vivem desgraçadamente num regime de escravidão, em pleno século XX, num país que possui as mais adiantadas leis trabalhistas.

O Padre Albino Kumath veio ao Rio tratar da defesa de interesses dos trabalhadores da sua terra, que atravessam momento de tremenda crise: salários que não satisfazem em face do elevado custo das utilidades e dos viveres.

Como líder espiritual dos trabalhadores das minas de carvão do Município de S. Jerônimo no Rio Grande do Sul, tem desenvolvido grandes esforços para dar aos humildes trabalhadores um tratamento em ambiente de conforto e humano nas minas CADEM — ou seja o Consórcio que explora as minas de carvão nacional no Rio Grande do Sul, organização industrial que tem proporcionado aos seus acionistas dirigentes grandes riquezas.

Falando a "O Popular" sobre o momentoso assunto, o Padre Albino, com lágrimas nos olhos, descreveu um quadro dantesco e impressionante do modo de viver daqueles que, das minas de Butiá, metidos nos subterrâneos, com água sob os pés, aspirando gases mortíferos, retiram míseros salários para o seu pão de cada dia.

"Os salários pagos pela CADEM são verdadeiramente miseráveis, abaixo de qualquer crítica, sendo os mineradores exauridos de forma desumana, trabalhando em locais insalubres, doentios, com os pés dentro da água gelada, e, sem nenhuma segurança nos locais de trabalhos, pois a sustentação das galerias é feita por processos rudimentares e inseguros, notando-se que só existe segurança com construção metálica e cimento armado, para sustentação da maquinaria. Isso porque para a CADEM as máquinas importadas por milhões, valem muito mais do que os homens".

O Sr. Alfredo Simch — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. COSTA PARANHOS — Com muito prazer.

O Sr. Alfredo Simch — Estou ouvindo, com atenção, a leitura da exposição do Padre Albino, a propósito da situação dos mineiros que trabalham sob a direção da CADEM, no meu Estado e quero dar o meu depoimento. Declaro, em primeiro lugar, que esse sacerdote está afastado do serviço religioso, por exercer atividades comunistas. Mantém luta viva dentro do Rio Grande do Sul contra o próprio Arcebispo. Foi removido de diversas localidades onde atuava religiosamente, e, hoje, ignora por onde anda. Em segundo lugar, as suas afirmativas quanto à situação dos

minas é absolutamente inexata. No Brasil, o melhor processo de lavra e extração é, justamente, o adotado nas minas do CADEM, em Butiá e no Arroio dos Ratos. A mecanização é perfeita. Relativamente à afirmação de que o escoramento deve ser de ferro e de cimento armado, labora o Padre Albino em equívoco. Nada entende do assunto. Pode cuidar bem de questões sacerdotais, mas, em matéria de mineração, falace-lhe autoridade para criticar. Trata-se de assunto técnico. Ainda há pouco estava naquela zona, sob a direção do General Jurez Távora, um grupo de oficiais da Escola do Estado-Maior do Exército de grande capacidade de trabalho, conhecedores de mineração, que, através de entrevistas e publicações, exprimiam a mais notável impressão sobre o progresso da mineração nacional. Quanto à situação da infância e dos operários, desconheço o Padre Albino, totalmente. As minas de Butiá e São Jerônimo são completamente sãs, ao contrário do que ocorre em Crescima, no Estado de Santa Catarina, — e posso invocar o testemunho do nobre Senador Alencastro de Santa Catarina, — e posso invocar o testemunho do nobre Senador Alencastro Guimarães, que conosco visitou a região — onde existe umidade e penetração. No Rio Grande do Sul, os mineiros trabalham de preferência, não necessitam de botas ou, sequer, de tamancos.

O SR. COSTA PARANHOS — Agradeço o aparte do nobre Senador Alfredo Sunch.

O Sr. Alfredo Sunch — Modéstia a parte, conheço, perfeitamente, o serviço de mineração do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. COSTA PARANHOS — Acontece, entretanto, que o Padre Albino esteve comigo no Hotel Rex, onde me hospedou, e me transmitiu suas impressões sobre as condições de trabalho dos operários das minas exploradas pela CADEM. Embora não conhecesse aquele Reverendo, entendi meu dever trazer ao conhecimento do Senado essas ocorrências. Declarou-me ele que o Ministério do Trabalho já tem mandado inspecionar as minas, mas tudo é adrede preparado a fim de que seja a melhor possível a impressão dos fiscais do Governo.

Assim, Sr. Presidente, cumprindo dever de brasileiro, que deseja uma nova ordem no Brasil e que os trabalhadores tenham assistência completa, continuarei a leitura da entrevista do Padre Albino, a fim de que tome o Senado conhecimento dela, e, depois certamente, o Governo mandará ao Rio Grande do Sul fiscais para apurar a verdade.

“Já apelei para o Ministério do Trabalho, que mandou ao local verificar a verdade, sendo na ocasião lavrados vários flagrantes, com muitas estabelecidas que foram pagas pela Companhia; e retirando-se a fiscalização, a exploração continua; menores de 14 anos trabalham peneirando carvão, aspirando pó de enxofre, que causa a intoxicação e a tuberculose pulmonar.

Os fatos constados pela fiscalização do Ministério do Trabalho, naquela ocasião, continuam, sem que a Cia. tome qualquer providência para o cumprimento das leis que regulam o trabalho dos menores em ambientes insalubres e proteja os trabalhadores contra as enfermidades do meio ambiente.

Há pouco tempo tive conhecimento de um fato impressionante que se desenvolveu no serviço do peneiramento de carvão; um dos menores, dos muitos que ali trabalham, após trabalhar horas seguidas de peneira em punho, curvado sobre um monte de pó, desmaiou; socorrido pelos seus companheiros e ferroviários que ali se encontravam, ficou constatado tratar-se de um caso de inanção, porque o menor não estava se alimentando. Isso por imposição do capataz, que, por

isso ignorado, havia imposto ao menor esse tremendo castigo. Trabalhar sem comer!

Outro fato revoltante verificou-se no lugar n.º 2, das minas de Butiá, onde diariamente se faz uma queima de toneladas de pirita, cuja fumaça astiandante provoca até a seca das árvores circunvizinhas. Nas proximidades pode-se notar que não existe vegetação, tudo secou depois que começaram as queimas de pirita naquele local. E esse serviço também é executado por menores, por medida de economia da Cia., que paga aos menores que trabalham nesse horrível serviço, a importância máxima de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por dia!

Por trás de tudo isso existe uma verdadeira “cortina de ferro”, com prejuízos incalculáveis para os trabalhadores explorados — que não têm para quem apelar — pelo poder econômico da CADEM.

Faço as declarações ao O Popular para que todo o Brasil e os homens de boa vontade tenham conhecimento do que se está passando por trás daquela “cortina de ferro”, e procurem fazer alguma coisa pelos humildes e explorados mineiros de Butiá e do Arroio dos Ratos, que também são humanos e merecem a proteção dos homens.”

Disse muito bem O Popular em seu artigo de fundo — “Ninguém com mais autoridade e maior lealdade de ânimo, para falar sobre a situação dos trabalhadores do que o Padre Kunath, que, em sua missão apostólica, em com eles um convívio mais estreito. O apelo que esse ilustre sacerdote fez aos homens de boa vontade de todo país, há de ter a repercussão merecida. Não é possível que persistam, nas minas de carvão do Sul as condições por ele relatadas.

Trazendo ao conhecimento do Senado esses fatos tão impressionantes, faço ao mesmo tempo um apelo ao Sr. Presidente da República e ao seu Ministro do Trabalho, no sentido de serem tomadas providências que o caso requer.

Tenho dito. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Sobre a mesa Requerimento que vai ser lido.

É lido a deferido o seguinte

Requerimento n.º 406, de 1954

Requeiro, com fundamento na letra C, do art. 121 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Presidente da República, para serem prestadas pelo Sr. Prefeito do Distrito Federal, as seguintes informações:

Se não será possível a Prefeitura, por seus órgãos competentes, promover, com a possível brevidade, tendo em vista a escassez absoluta com que estão lutando os moradores locais, um serviço regular e suficiente de lotações e de ônibus para a “Muda da Tijuca” e para a “Usina”, com partidas iniciadas no centro da cidade, da Praça París, ou das proximidades do Palácio Monroe.”

Justificação

Não há explicação plausível para o lamentável abandono a que, em matéria de condução, foram relegados os moradores da Muda da Tijuca e da Usina, na estrada que demanda o Alto da Boa Vista. A linha Muda Acroporto, foi extinta. A linha Uruguai Candelária, por intermédio da respectiva empresa, esforçou-se para transitar até ao Palácio Monroe, mas nada conseguiu. Por outro lado, não há linha de lotações que partam da Muda nem da Usina. Só os ônibus da Viação Carioca, que andam, aliás em verdadeiro desmilinguamento, fazem esse itinerário. Por que? A tarde, a hora

de fechamento do comércio e das repartições, os moradores da Muda e da Usina esperam horas a fio os ônibus n.º 11 e n.º 111 da Viação Carioca que chegam a cidade já inteiramente lotados desde Ipanema. Há quem explique o fenômeno, murmurando que a Viação Carioca goza de proteção que lhes assegura a falta de concorrentes com que continua a deliciar-se... Por que o honrado Prefeito da cidade que é morador antigo das proximidades da Muda da Tijuca, não investiga e não dá remédio pronto a tão notório desmazelamento dos departamentos de Concessões e de Tráfego municipais? Sala das Sessões 2 de agosto de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito. (Pausa) Não havendo quem queira usar da palavra, passo à

ORDEM DO DIA

A ordem do dia consta de trabalho das Comissões.

Vou encerrar a sessão, designando para amanhã a mesma.

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

Levanta-se a sessão às 15 horas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND NA SESSÃO DE 19 DE JULHO DE 1954.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

A campanha, Sr. Presidente, que se lança, neste momento, no sentido de uma modificação substancial das linhas da política do café, adotada pelo governo federal, está longe de consultar os interesses, tanto do país, quanto do seu maior produto. Estou convicto da lealdade e da boa-fé dos diários brasileiros do Rio e São Paulo, envolvidos no movimento de queda das cotações brasileiras no café, e de retirada do preço mínimo baixa que aqui lhe foi fixado.

“A queda das exportações, nos últimos meses, com os seus consequentes reflexos na receita de dólares, que faz com que diários e líderes da indústria e do comércio se levantem contra a nossa pertinácia em sustentar as cotas mínimas, que entendem nos exigir pelo nosso artigo. Ora no entender dos propagandistas dos preços baixos, os atuais; pelos quais propagandas, deixam de corresponder à realidade dos mercados externos. Corre-se aqui atrás de uma ilusão. O que se está pedindo deste lado se acha em desacordo com o nível internacional dos mercados do café. A iniciativa do Brasil não passa, pois, de uma especulação alista, que o país, obstinado-se em não reconhecer-lá, nos levará ou já nos está levando a catástrofe dessa quase stagnação dos mercados exportadores refletida no quadro presente dos portos do Rio, Santos, Paranaguá e Vitória.

Ar quilhas dos navios, que levam para o exterior, o produto-rei do Brasil, deixaram de partir, muitas delas, as águas do Atlântico sul, rumo do Atlântico Norte. Ora, Senhor Presidente, águas paradas não movem moinhos.

Por via de regra, o café colombiano sempre custa três, quatro e cinco cents por libra-peso, mais caros que o café do Brasil. Em maio e junho, os cafés verdes colombianos se venderam, de um modo geral, por preços mais elevados que os nossos. É uma contradição com o que se tem verificado até aqui. Em maio se venderam, de procedência brasileira, nos diversos mercados da União, apenas 38 milhões de dólares. Isto num total de 106 milhões de dólares de impor-

tação americana total leva a maiores dúvidas e reflexões os partidários de cotações mais moderadas na atual conjuntura econômica e cambial do Brasil.

Cumpram refletir que, entre 1949 e maio, entram, no mercado americano, as safras da América Central, Colômbia, México e África.

Contra 144 milhões de libras-peso de importação, no mês de maio, no valor de 106 milhões de dólares, os Estados Unidos importaram, no mês equivalente de 1953, 253 milhões de libras, correspondendo a 175 milhões de dólares. O movimento para a restrição da bebida, na mesa de certos distritos americanos, parece ter atingido o seu auge, no mês de que tratamos.

“É fora de dúvida que estamos em presença de dois elementos, que compõem: não desconhecê-los, no debate que vamos encetar: a) os preços do café são, desde algum tempo, um incentivo para o seu plantio em muitos outros países, principalmente tropicais e subtropicais; b) os americanos pretendem que o Brasil contenha o surto altista das cotações, abstenho-se esse grande mercado das compras maciças que ele aqui levava a efeito, até nos rendermos às suas exigências de baixa.

Já o ano passado, teve Santos uma queda de 5% nas suas exportações de café — o que a meu ver, resultou em parte da política de contração das vendas dos nossos produtores, cobrante: na firmeza da posição estatística do artigo, e também da retração que já se constatava nos mercados importadores, inquietos com a elevação das cotações.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite-me V. Ex.ª uma observação. Ainda muito jovem, li em discurso publicado em jornais de minha terra que isso era consequência da valorização do produto. Não tenho, pois, motivos para modificar esse ponto de vista.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O nobre colega tem razão. A nossa política de defesa do café foi que criou, para 37 países do mundo, o atrativo, seja da criação dessa fonte de riqueza, seja da expansão dos que já a tenham dentro de áreas do seu território.

Entre todos os produtos agrícolas do mundo, é o café aquele que conquistou e sustenta as mais elevadas cotações. Servindo precipuamente a uma clientela rica, como a dos Estados Unidos, ela não se conforma, entretanto, em pagar os preços dos nossos anos de más colheitas. Viciou-se com as cotações das épocas de superprodução. Constitui o café o vinho de mesa do norte-americano. Ele toma café durante as refeições como o francês, o espanhol e o italiano bebem vinho. Fora de super que se disputasse a recuar diante de preços mais elevados da sua bebida predileta, quando ela faltasse no mercado, isso, porém, não sucede. Mais aumenta o consumo de café (e no ano cafeeiro de 1952-1953 as safras atingiram acima de 2 milhões de sacas), menos dispostos se acham os seus maiores fregueses, os norte-americanos, a recompensá-lo, pelos preços instáveis dos artigos nobres dos mercados.

De nosso lado, tem o incidido, nos últimos tempos, a resistência dos Estados Unidos para aceitação de preços mais altos do café, com o baixo rendimento das culturas paulistas. Nossa produção encarece. As áreas cultivadas contraem, enquanto os ciclos de seca se tornam mais assíduos. Compare-se o que produziu São Paulo no passado com as safras cafeeiras de agora: 8 milhões de 200 mil sacas, foi a colheita paulista de 1953-54. O Estado do Rio, que lá foi rei do café, recebeu de mais de 3.500 mil sacas para 300 mil. Esse aspecto do declínio das colheitas se traduz por preços de

custeio crescentes na vida das fazendas.

Nos últimos anos, o café voltou às melhores cotações, entrou dentro da órbita americana no ciclo das preocupações eleitorais. Vivem os políticos febrilmente no rastro de preços mais favoráveis para austerizar o combate ao encarecimento do café. Por sua vez, não destruindo de uma mais larga popularidade, os republicanos se desforçaram de seus adversários democratas, no terreno eleitoral, tentando arrebatá-los votos, com a defesa da causa dos consumidores, que são americanos e seus eleitores, contra os plantadores, que são centro e sui-americanos, e que não votam nos comícios da União.

Desse modo, o café, que aliás nos chegou do Oriente, é a cabeça de turco do senador Gillette, do governador Dewey e de tantos outros líderes do grande mercado cafeeiro do norte.

Mas desta vez, a luta renhida não parte só dos republicanos. Também das bancadas democratas rebentam bombas de elevado poder explosivo. Ai temos, mrs. Leonor K. Sullivan, deputado por Missouri. Para ela "o aumento dos preços do café não passa de uma força, que está roubando cerca de 600 milhões de dólares por ano aos consumidores dos Estados Unidos. O "frenético aumento" que aí está, é o resultado de uma especulação; à espera de uma escassez que não existe.

Como nos Estados Unidos, o uso do café às refeições, pode ser comparado ao vinho do francês, aqui não acreditou-se de começo, no ambiente de retração, que a alta dos preços, depois das geadas paranaenses, ali determinara. Iludido-nos, e, com isso de risonho otimismo, chegou-se aqui, em dado momento, a preços que ultrapassavam, não direi o similar colombiano, mas as qualidades de Nova Granada, superiores às nossas. Isso, pelo menos, se considerarmos o paladar da clientela, a qual paga tipos como os "Manizalles" e os "Medellins", três, quatro e até cinco centos por libra peso mais que o nosso clássico tipo 4 Santos.

Todos olvidamos, ao partir do pressuposto que o americano não podia viver sem café, como o russo sem vodka, o alemão da classe média sem cerveja, o espanhol sem "xerez" — que é um puritano, descendente de "quakers". O sangue dos "quakers" rebelados do Mayflower pode não existir mais hoje nem em 20% da população norte-americana, depois do crescimento demográfico com apportes de tantas vagas de imigrantes, vindas da bacia mediterrânea, da Europa nórdica e da Europa central. Isto, porém, não quer dizer que o arcabouço da sociedade nacional não seja puritano. E quem pensar o contrário, que se lembre do proibicionismo e das Anti-Soloons Leagues. Se há gente de união religiosa autêntica, é o homem dos Estados Unidos. O americano é um inglês de três anos de idade, que ainda não provou o fruto da Árvore do Bem e do Mal, como o seu pai. Os dois têm, contudo, a volúpia do sofrimento. Podem dar-se a ascéticos regimes, e a atitudes de vida as mais imprevisíveis, como capacidade de renúncia ao que a máquina da civilização possa proporcionar ao indivíduo como conforto e luxo. Guardam, no meio de tantas trivialidades agradáveis da sociedade contemporânea, conceitos rígidos de dever da sua educação religiosa. E porque são os dois, animais religiosos, são fanáticos. Isto é, chegam a extremos, na linha de conduta que se traçaram pelo caminho da vida em fora.

O inglês, para ter divisas estrangeiras, praticamente suprimiu o whiskey da sua mesa; Dominou a paixão do esguimento nacional, da ressurreição dos níveis da grandeza britânica. Privou-se do quanto importa no superfluo e até mesmo no indispensável, contando que a pátria se levantará, pelo sacrifício dos seus filhos.

Paulando, faz poucas semanas, em Londres, no almoço que nos ofereceu no Hotel Ritz o "Art Council" da Grã-Bretanha, procurei identificar o fanatismo posto pelo inglês dentro da sua sociedade, com a reforma, com que o espanhol levou a sua, com a inquisição. O quaker que mata o índio pagão nas florestas do Novo Continente, equivale ao inquisidor espanhol que queima hereges na praça pública de Toledo. Ambos estão ao serviço de um ideal, e por ele fanatizados.

Não se refletiu no Brasil, em Bogotá e Caracas, que nos iríamos avir desta vez, de novo com os quakers. Ou fosse, com um povo de formação puritana, o qual dando 40 bilhões de mão beijada à Europa, negará mais dez cents ao plantador de café de São Paulo ou Goiás, que deles precisará talvez mais que o francês da Picardia ou o mineiro do País de Gales. Vão dar, porém, medida ao fanático; poder de raciocinar ao indivíduo, que age em função de uma inspiração religiosa. Até porque, muitas vezes a índole religiosa experimenta a necessidade de contrariar a própria natureza.

No caso do café, o quaker americano sente a volúpia da renúncia ao que lhe é caro, ao lado do dever moral de punir o ganancioso, o que quer roubar o dinheiro, pedindo 90 pelo que vale 50.

Surpreendeu-me, faz poucas semanas, na Inglaterra, a leitura que um banqueiro inglês me fez dos níveis da queda do consumo do café em vários distritos da União Americana. Uma "survey" dava Chicago, Nova York e Washington com baixas de consumo, nos últimos meses de 32, 28 e 19%. É verdade que estamos no verão, estação em que o consumo da boa bebida diminui. Mas aquelas percentagens não se referem a meses anteriores, senão aos meses equivalentes de 1953. Isso explica, só em parte, a queda das nossas exportações em maio e junho: contra 1.790.000 sacas em 1953, exportou-se aqui, nesses dois meses, este ano, 863.000.

E tivemos, Sr. Presidente, no Brasil, uma comissão de donas-de-casa americanas da maior respeitabilidade. Convivi com elas, tanto aqui como em São Paulo. Eram de uma honestidade mental, digna do nosso respeito. O que faziam era com tanto de lealdade quanto de isenção e competência. Procuraram ver além do que lhes era possível e permitido. Estavam em zonas da geada, no Paraná, que poucos jornalistas e observadores se atreveram a visitar. E verificaram que a alegada escassez da safra brasileira resultava efetivamente de uma calamidade de fácil constatação. O frio juleimara uma grande parte das novas safras do Paraná. Contraíra-se a produção, e, assim, as ofertas, gerando-se desse modo um preço que decorria da situação estatística mesma do produto. Nada do que acontece ou do que está acontecendo foi por nossa vontade. Cafeicultores e governo aqui, nenhuma responsabilidade têm na ascensão vertiginosa das cotações. O "boom" dos preços altos foi criado pelos operadores na América do Norte, que anteveio uma safra elevada, em baixa, eram compradores. constatação. O frio queimaram uma consequência, inverteram as posições que haviam tomado para se garantirem.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex. um aparte? Há muito tempo que não tenho o prazer de apartear V. Ex.ª.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O prazer é meu. Esta Casa vive da vacuidade dos debates de exímios oradores e interpeladores como Vossa Ex.ª.

O Sr. Hamilton Nogueira — Vossa Ex.ª disse: "não foi por nossa vontade". Nossa, de quem? Dos plantadores de café, dos corretores?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O que ocorreu foi contra a vontade do governo federal, como passarei a demonstrar a V. Ex.ª. Aglutina-se mesmo noutro sentido aqui, do lado do governo.

O Sr. Hamilton Nogueira — Acredito que seja contra vontade dos fazendeiros, dos corretores de café, dos consumidores, mas tudo isso ocorreu à revelia do governo brasileiro?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Totalmente à revelia do governo brasileiro.

O Sr. Hamilton Nogueira — Este o ponto que gostaria, V. Ex.ª explicar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vou, com satisfação, esclarecer à Casa e à V. Ex.ª. O Brasil é uma nação que pode começar a queimar 30 milhões de sacas de café, com o pavio aceso por um grande homem público da prudência do Sr. José Mario Whitaker. E preciso existir poder de decisão em governos e povos para se chegar a uma medida de salvação pública dessa continuidade e dessa força drástica.

Na administração Dutra, de cafés adquiridos pelo DNC, já então extinto por exigência da lavoura, ainda existiam três milhões de sacas. Foram vendidas, por motivos, que expus aqui desta tribuna, no ano passado. Desfiz-se uma formidável massa de manobra, que se tinha aqui dentro, entregando-a ao consumo. Aparece a geada, após anos de seca, que haviam reduzido de modo considerável as nossas safras. Mas se nossos stocks estavam enormemente decrescidos, a colheita que se desenhava no horizonte era promissora. Através de excursões que realizei ao interior de São Paulo, Minas e Paraná, pude constatar uma situação de alta produtividade, assaz diferente daquela que se verificava nos anos anteriores de estiagem prolongada.

Encontrava muitos cafeicultores apreensivos com as proporções visíveis da nossa colheita. Em Santos e São Paulo, o mesmo estado de inquietação se apresentava nos espíritos. A todos, porém, ou dizia que a prosperidade de uma nação só se faz com comércio, e cada vez mais comércio. Uma sólida economia cafeeira interna só deveríamos esperar-lá com safras que representem uma justa harmonia entre as conveniências da produção e as necessidades do consumo. Se a demanda de café era e é cada vez maior, por que nos assustamos aqui com as safras mais abundantes, oriundas de condições de tempo mais favoráveis e de uma preparação mais rica do solo e de melhores sementes?

Nossa linha de conduta, era a minha pregação, deverá consistir em incentivar o consumo pelos mercados estrangeiros, das nossas mercadorias que eles importam, aumentando aqui dentro a produção e as exportações, para ganharmos em massa, e não em preços exagerados, com a contração das exigências das emendas.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.ª tem carradas de razão.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O êxito de uma sábia política de café pelo Brasil está no barateamento dos custos de produção, no sentido de atuarmos com cotações moderadas nos mercados exteriores, que pedem, cada vez mais o nosso produto, e, por conseguinte, maior extensão da nossa capacidade produtiva. Nossa receita de dólares não deverá resultar só de elevados preços, senão, e principalmente, de abundantes suprimentos como os reclamam, por toda parte e de todos os lados, os mercados consumidores.

Se o Brasil, Sr. Presidente, estivesse decidido a fazer uma safra política de café, plantaria aqui dentro, nos Estados de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Estado do Rio, mais trezentos milhões de cafeeiros, na base de uma

adubação racional barata, como já operam os Srs. Rolim Talles, Bianchi, Dario Meireles e irmãos Morganti, e lá fora se lançaria em uma agressiva política tarifária, junto com a Colômbia, Venezuela, México, América Central e outros países produtores, a fim todos os Estados consumidores, inefetivamente imoderados, de quase todos os Estados consumidores, menos os Estados Unidos.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.ª está certo quanto à oportunidade e à conveniência de se fazer uma política alfandegária mais solvável para o nosso grande produto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nos últimos anos, o lado da administração Dutra, a qual se desfez de três milhões de sacas, para levantar a muralha, que criava a desconfiança entre os importadores estrangeiros e o Brasil, e que, portanto, era o seu pesadelo permanente, foi a administração atual, a outra que teve idéias iniciais para desanuviar mais ainda a atmosfera do mercado exportador.

Que fizeram os Srs. Osvaldo Aranha e Marcos de Souza Dantas, na plenitude das consequências da geada, que viria encurtar os suprimentos do Brasil?

Mandaram vender a vinte diferentes firmas, no mês de setembro do ano findo, as últimas 140.000 sacas, que tinha o governo, nos armazéns do IBC. Foi quando o mercado estava em alta, quando se anunciava por toda parte que não havia café, quando o "boom" dos preços evoluiu, no sentido das cotações a que atingiram, que o governo resolveu desfazer-se de 140.000 sacas, que eram o seu único patrimônio cafeeiro.

Compraram os americanos, depois da geada, acima das necessidades normais do consumo do mercado doméstico. O "boom" da alta, o ano passado, é uma vertigem do mercado americano. Dêsse modo permitiram-se eles ter um suprimento visível e invisível superior ao que é da rotina do comércio do café na União. Em virtude dessas compras maciças, a alta prosseguiu ali avançando até mesmo em consequência da velocidade adquirida. Chegou-se até a cotar o mês presente, na Bolsa de Nova York, a 94 1/2 cents por libra. Os especuladores americanos buxaram a alta e os comerciantes se viram arrastados na voragem. Que meios tinha o Brasil para evitar a alta de que se queixam os consumidores americanos? Nós não tínhamos como fazê-lo. Só se possuíssemos um estoque de café para vendê-lo na baixa. Mas, desse, já nos havíamos desfeito com infinita dose de boa-fé.

Chegamos a 94 1/2 cents, os especuladores pararam. Pararam em Front Street.

Pararam por que? Veja-se com o que coincidiu essas cotações. Com a entrada das safras de outras procedências: África, Colômbia, México, Venezuela, América Central, etc. O mercado entrou a ser abarrotado; sem que os americanos, nesses meses, tivessem necessidade dos suprimentos brasileiros.

Antes vendera-se o que aqui havia, a vinte firmas diferentes, sem maior preocupação de favoritismo. Quem conhece a Bolsa de Nova York sabe a sacadura que pode ali, ali e alhures, pinçar o detentor de 140.000 sacas. As manobras mais desembaraçadas estarão ele em condições de as operar, com a quasi certeza de impunidade.

Como sustentar-se que do Brasil partiu o movimento de alta, se era a administração federal, por meio do seu Instituto de amparo ao café, quem vinha, aberta e livremente, ao mercado, e vendia o único estoque de que ela dispunha, a fim de poder operar aqui ou em qualquer outra Bolsa do mundo, com café-grão?

Logo, as reclamações dos consumidores americanos não têm fundamento, na parte que toca à intervenção do governo do Brasil, para manipular

mercados em função dos nossos interesses de especuladores ou mesmo produtores. Subiu o mercado, porque os importadores americanos, descobertos, para entregarem o que haviam vendido, na expectativa de uma boa safra aqui, se atiraram a ele, procurando cobrir-se por toda lei.

A sombra de que as cotações se elevaram até à cifra de 94 cents? De uma fatalidade que ninguém pode evitar e que foi comprovada pelos peritos e os observadores americanos que, entre nós, estiveram, com o propósito de se pôr em contacto com a terrível realidade dos fatos.

O Sr. Ruy Carneiro — E fatos que eles viram com os próprios olhos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Que razão tinha o Governo Federal até ontem, para intervir nos preços, se os preços eram para nós satisfatórios? Já inúmeras vezes interveio o Brasil no mercado de café para oferecer-lhe uma resistência e uma estabilidade que nem sempre ele possuía. Quando porém, realizava esses movimentos intervencionistas? Toda vez que lhe foi permitido mobilizar recursos para que o produto que é a base econômica da vida mesma do Brasil não fosse à garra, nas perturbações e incertezas de mercados trabalhados pela especulação baixista, sobretudo, dos comegos de safra. Em 1925, São Paulo tomou um empréstimo em Londres de 10 milhões de libras para defender o café. Esse empréstimo, que a princípio fôra tratado nos Estados Unidos, ali foi observado pelas autoridades americanas. Há uma lei nos Estados Unidos, que proíbe o levantamento de empréstimos no mercado doméstico, para defender preços de bens de consumo destinados ao povo da União. Mais tarde, em 1929, negociou o Governo Federal outro de 20 milhões de libras, igualmente em Londres. Com esse se procuravam sustentar inutilmente os preços em declínio, por motivos da depressão mundial.

Estou falando só de dois precedentes intervencionistas, quando o rosário deles é interminável. Nossa jurisprudência, neste sentido, tem linha que chega até o comegio do século. Por duas vezes, o velho liberalismo britânico nos forneceu amplas reservas de libras, que aguentaram o café em preços razoáveis, para sustentação da economia nacional em crise. E também o liberalismo americano contra nós não se insurgiu, porque evitávamos quedas catastróficas do café, para vendê-lo por melhor cotação, no mercado da União e ali pagar as importações que fazíamos de produtos manufaturados das suas fábricas e das suas empresas de combustíveis.

Desta vez, porém, nada ocorreu do nosso lado além do aparecimento de uma calamidade, no comércio internacional do café. A natureza igi e nós ficamos de braços cruzados, aqui e em Nova York, sem ter comprado um quilo de café, no disponível ou no termo enquanto o comércio americano, vendido em posições de baixa, a descoberto, arremetia como um touro furioso, fazendo o "boom" da alta.

Ao entrarem em declínio de novo os preços, espicacei o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil para uma intervenção no mercado. Ambos tiveram comigo a mesma cautelosa observação — o que é raro em homens, um de sangue gaúcho e outro baiano:

— "Como receberiam os nossos amigos americanos uma intervenção nossa no seu mercado de café para manter o preço de 94 1/2 cents? Fôra impolítica uma tal manobra, visando amparar cotações, que já ultrapassavam das nossas esperanças de preços mínimos — que é até onde deve ir a nossa preocupação de defesa dos produtos brasileiros".

Assim eu mesmo, com o meu próprio exemplo, posso oferecer testemunho do alheamento do governo fe-

munho do alheamento do Governo Federal (e do paulista também) em qualquer movimento de Bolsa, para defender as cotações que ali estão.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Está com a palavra o nobre Senador por Santa Catarina.

O Sr. Gomes de Oliveira — Do meu aparte de há pouco talvez se depreenda que sou contra a defesa dos nossos produtos. Entendo, no entanto, que devemos defender os consumidores, quando os preços são elevados demais. Não houve, porém, nenhuma providência do Governo no sentido de valorizar o café.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' o que estou sustentando.

O Sr. Gomes de Oliveira — Não compreendi o porquê da fixação do preço mínimo, quando o café estava com cotação mais alta.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A fixação dos preços mínimos resulta de lei do Congresso.

O Sr. Gomes de Oliveira — O Congresso apenas autorizou.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' o suficiente. E fez bem o Governo em marcar o preço de 87, por um produto que lá fora atingiu a 94 1/2. Imagine V. Ex.^a se o governo americano decidisse pôr um "ceiling" amanhã sobre o café? Não temos já aqui uma base para negociar? Uma vez que o nobre Senador por Santa Catarina traz a debate o preço mínimo, desejo frisar aqui um aspecto do ato do Governo Federal, neste caso.

Pretende-se que o decreto do governo, que fixou o preço mínimo, teve efeito sobre o mercado, estrangulando-lhe as vendas. Mas o decreto foi publicado em junho para entrar em vigor em 1.º de julho. Ora, a grande queda das nossas exportações verificou-se entre maio e junho, o que quer dizer, antes da entrada em vigor do decreto.

Por que se tomou o preço mínimo de 87?

Não foi essa uma base arbitrária, fixada. E' ela bastante inferior ao máximo que atingiu a alta. Tomou o governo a cotação do dia em que foi elaborado o decreto.

O Sr. Ruy Carneiro — Apoiado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — As exportações de todo o Brasil, em junho, foram inferiores a quatrocentos mil sacas. Agora, em julho, até o dia 14, os despachos só em Santos, atingiram 165 mil sacas. Depois que entrou em vigor o decreto dos preços mínimos é que as correntes de exportação entraram a retomar o seu ritmo normal.

Não menos decisivos do que nós se encontram desta vez os colombianos. Passou o governo o preço mínimo de compra de café para exportação de 125 para 128 dólares.

A France Presse distribuiu no dia 15 último este telegrama de Nova York, que retrata em Bogotá uma situação de resistência animadora, à onda de baixa que vem dos Estados Unidos:

"Nova York, 14 — "Elevando o preço mínimo de compra do café para exportação, de 125 para 128 dólares por saca, o governo colombiano manifestou a intenção de sustentar o mercado de café e proteger os produtores," declarou o Sr. J. J. Hoyos-Toro, ao chegar da Colômbia. A decisão do governo, disse, reveste-se de significação muito importante, "Prova que a Federação dos Plantadores e o governo tencionam manter os presentes níveis e elevar o padrão de vida dos agricultores colombianos." O Sr. Hoyos-Toro, economista colombiano, é diretor geral de "A. Arizabala and Company", a principal firma colombiana de exportação de café, há vinte anos. A safra colombiana, que teve início em abril, estará quase

inteiramente vendida até o fim de julho. Contrariamente ao Brasil a Colômbia não tem um sistema de regularização das exportações da colheita. A razão por que os preços do café colombianos foram inferiores aos do Brasil é que o conjunto da colheita foi vendido em abril-junho, período durante o qual os torreadores diminuíram as suas compras devido ao verão. Foi apenas uma fase temporária.

Depois de 1.º de agosto será extremamente difícil obterem-se quantidades suficientes de café doce da Colômbia, para fazer face às necessidades dos Estados Unidos no outono, quando o café da América Central não está disponível.

No Brasil, a situação é diferente, porquanto os regulamentos permitem uma repartição das exportações por todo o ano e evitam ofertas excessivas, quando a procura é limitada. O Sr. Hoyos-Toro declarou que a Federação Nacional dos Plantadores Colombianos de Café está em boa posição para proteger os produtores colombianos contra qualquer desvio imprevisito das vendas de café na Colômbia. Frisou que, durante os treze últimos anos, a Federação Colombiana comprou varios milhões de sacas para estabilizar o mercado interno. O Sr. Hoyos-Toro declarou que as estimativas recentes do excedente colombiano exportável são nitidamente excessivas. Talvez as estimativas do saldo colombiano compreendam as reservas especiais que não devem entrar em linha de conta. Esses estoques são, com efeito, praticamente congelados e destinados a fazer face a penúrias e a circunstâncias extraordinárias. (FP)".

Nossos amigos e aliados americanos têm hoje mais que ontem, um interesse capital na América Latina; a saúde física e moral das suas populações. A organização interior dos povos dessa parte do hemisfério, não pode deixar de preocupar o Estado, que é hoje o maior gendarme da segurança do orbe.

E preciso para os Estados Unidos escolherem uma das pontas deste dilema: ou ajudarem os povos subnutridos do continente, pagando-lhes preços razoáveis pelas suas matérias primas, ou abandoná-los à tentação de se tornarem escravos russos, para ver se como se vive debaixo da cortina de ferro eslava.

A produção da maior fonte de riqueza agrária do hemisfério, durante mais de vinte anos embora tendo como seu maior escoadouro a América do Norte, esse mercado renunciou a maioria das vezes a lhes proporcionar preços, com os quais eles tivessem disponibilidades seguras para atender a seus compromissos internacionais. Tal o caso do Brasil, que marchou para a moratória diante do desajustamento dos preços do seu café, a partir de 1929 com os encargos de sua dívida externa na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Europa continental.

Missões e delegações americanas aqui têm aportado nos derradeiros anos. E exato que o nosso jacobinismo econômico não encoraja demaslado os inversores de capitais estrangeiros aqui. Seja porém como for, temos sido aliados dos fiéis da União em duas guerras exteriores, num curto espaço de menos de 25 anos.

Merecem o tratamento adequado aqueles que fizeram sacrifícios para pelear em duas guerras, entre as quais, a última nos custou severos ônus. Poderemos repetir hoje ao Sr. Eisenhower aquela frase do Sr. Hughes, primeiro ministro da Austrália, em 1919, ao discutir-se a paz de Versalhes, em Paris.

Assentado que ficou a entrega de uma ilha selvagem do Pacífico ex-colônia alemã, aos australianos, o presidente Wilson, dirigindo-se ao premier do grande Dominio Britânico da Oceania, perguntou-lhe se a Austrália autorizava a União a mandar missionários para ela. Tendo recebido "sur place" autorização que reclamava o presidente, procurou fazer sentir ao Sr. Hughes quanto a ida dos missionários americanos correspondia aos interesses dos indígenas da ilha.

Com um sorriso malicioso, o primeiro ministro australiano concordou com o presidente americano, dizendo-lhe: "Yes, poor people, we must give them something to eat".

Observadores e funcionários de missões econômicas americanas já temos sido de sobra, a comegar de 1946 até hoje.

Agora o que queremos é comer. O Brasil não pode ser o aliado de que carecem os Estados Unidos na América Latina, importando da União menos que Cuba, menos que o México e menos que a Venezuela.

De fato, alguma coisa nesse pobre Reino da Dinamarca, que é a nossa presente indigência econômica corre por nossa conta por conta de nosso estreito horizonte político. Mas também algo, ontem e hoje, já muito, ~~mas~~ Gerais, corre sob a responsabilidade dos Estados Unidos, que hermeticos aos reclamos dessa vigorosa construção que é o pan-americanismo, ameaça jogá-la no caos econômico e social.

Como uma pobre visão municipal que predomina em certos círculos americanos, não está servindo hoje aos designios e aos planos do bolchevismo russo, na América Latina!

O quadro que desejo apresentar à Casa evidencia que nos últimos cinquenta anos os períodos de alta das cotações sucederam aos períodos de baixa. As oscilações atingem não somente o preço, mas também o volume exportado. E' claro, portanto, que países que dependem em grau pronunciado de um ou de poucos produtos primários devem orientar a sua economia em concordância com a tendência que domina nos mercados externos.

MEFCADO CAFEIEIRO

Anos	Tendência	Em % Oscilação de ano para ano
1904-1914	ascendente	3,0 %
1915-1923	ascendente	3,0 %
1927-1938	descendente	5,0 %
1929-1954	ascendente	6,2 %

VOLUMES EXPORTADO

Oscilações do volume de café exportado de um ano para outro

ANOS	BRASIL
1901-1913	20,3 %
1914-1919	27,5 %
1920-1929	10,4 %
1930-1939	12 %
1940-1954	24 %

É compreensível, pois, que, nessas condições, esses países sejam obrigados a utilizar a fundo os períodos de sotação favorável para compensar as perdas sofridas, anteriormente. Tal o nosso caso com o café.

Acetamos os riscos da Freie Marktwirtschaft, mas exigimos que os outros também se submetam às regras do mercado livre.

Para o Brasil, na fase atual, por exemplo, é claro que o prosseguimento da política do governo federal pode provocar o nascimento de uma superprodução no futuro. Podem surgir a África, o México e outros países como novos concorrentes, provocando uma cotação vil para a rubiacea. Aceitar o risco quer dizer que também nesse futuro pouco encorajador o Brasil não pedirá concessões especiais por parte dos países importadores. Quando foi que as pedimos aos Estados Unidos?

Outros países latino-americanos adotaram uma política menos clara a respeito dos preços de produtos primários que eles vendem para os Estados Unidos. Não é segredo afirmar que a maioria continental irá pedir aos Estados Unidos na próxima Conferência de novembro, no Rio de Janeiro, a fixação de um preço mínimo para os seus produtos e a conclusão de acordos de compra por um prazo dilatado (5 anos).

O Chile e a Bolívia já anteciparam esse resultado obrigando Washington a adquirir por conta dos stocks estratégicos 110.000 toneladas de cobre e 12.000 toneladas de estanho.

Será que os Estados Unidos estariam interessados em terminar a passagem prosperidade do café e tratar esse produto no mesmo pé dos metais não ferrosos, adquirindo grandes quantidades para impedir que uma séria crise político-econômica ameace a estabilidade do Brasil?

Visto sob esse aspecto, o café deve ser tratado como qualquer produto estratégico, pois a sua importância para a economia brasileira é comparável a do estanho para a Bolívia, e do cobre para o Chile, etc.

Se, todavia, a greve dos consumidores continua nos Estados Unidos, o nosso governo deve reconhecer que a Bolsa de Nova York não exprime mais as tendências do mercado mundial, mas sim somente do mercado norte-americano.

Não é segredo que essa reflexão induziu o governo inglês a criar novamente as Bolsas de Algodão em Liverpool; de cobre, chumbo, fibras e trigo em Londres;

Londres alegou que as Bolsas de Nova York, em razão das atividades do COC (Commodity Credit Corporation), isto é, do intervencionismo praticado nos mercados de matérias-primas pelo governo de Washington, não exprimem as cotações reais do mercado.

Por isso Londres tenta criar um verdadeiro mercado mundial.

Seguindo a mesma orientação, podemos recomendar a abertura de uma Bolsa de Café em Antuérpia ou Le Havre, que possa contrabalançar a influência baixista de Nova York.

Eu não tenho, Senhor Presidente, nenhuma vocação para demagogia. Por isso, não vim à tribuna para dar desenvolvimento espetaculares a argumentos, que procuro situá-los no quadro de um raciocínio frio e sincero.

Aqui vim para fazer, com os experimentados colegas da Casa uma exploração dos horizontes das relações americano-brasileiras, em busca de estradas de entendimento e de vias de composição. Relações públicas, com relações econômicas, vivem todas elas dentro de linhas do compromisso.

O problema, que se põe, neste momento, a todos nós, é o da defesa do clima de cooperação dos Estados Unidos com a América latina e, sobretudo, com a América cafeeira, agora em rixa com o seu maior freguês.

As boas relações entre os Estados Unidos e o Brasil são uma condição da harmonia continental. Enquanto persistirem essas relações no pé de cordialidade em que elas se vêm desenvolvendo, haverá um clima de compreensão e, portanto, de entendimento entre as nações do continente. Duas guerras, em que juntos nos empenhamos no front externo, somente serviram para nos colocar dia por dia mais próximos e melhor compreendidos reciprocamente.

O esforço dos homens públicos das duas nações deverá consistir em eliminar os motivos de fricção, procurando anular arestas, que sejam hoje ou no futuro, pontos de discórdia, suscetíveis de provocar a incompreensão e, assim, enfraquecer a confiança mútua. Americanos e brasileiros têm um destino comum no continente e no planeta. Desentendidos, quem sofrerá primeiro há de ser o ideal democrático, com o benefício consecutivo do comunismo totalitário.

Temos do que recear, pois, dessa controvérsia suscitada em torno do café, dentro de uma embriagem emocional. As greves contra o uso do café — medida à qual não recorreu nenhum outro país do mundo, inclusive da Europa — causa um verdadeiro choque nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Figuras de indiscutível peso, no seio da opinião americana incentivaram-na, com uma irresponsabilidade que dá para alarmar. Há evidentemente no caso, o que os ingleses chamam "bad blood" é o que cumpre evitar, entre amigos, porque ele só serve para envenenar o sentimento que entre eles precisa existir, sobretudo quando ambos são chamados a agir no campo da cooperação internacional. A atmosfera da própria segurança coletiva, na órbita do hemisfério, se acha agora comprometida, pelos excessos praticados por tantos movimentos agressivos que partem de "cabeças quentes", do Senado e da Câmara dos Estados Unidos.

Por que não fazer uma pausa, a fim de pesar as razões de um lado e do outro?

As vantagens do desentendimento não as colhemos nós nem os norte-americanos. Ele é nocivo para um e outro lado. Os riscos, que está correndo a concórdia continental, todos os estamos enxergando, em face da desordem dos Estados Unidos da sorte do nosso café, depois de vinte e tantos anos de penas e infortúnios da grande fonte da produção nacional.

O Brasil tantar, como represália ao que se está fazendo na América do Norte, uma política anti-americana, seria esse um gesto suicida, em primeiro lugar, para a sobrevivência do próprio hemisfério. Qual o democrata sensato capaz de pensar nessa fórmula catastrófica? Qual o povo livre do mundo que pensa trocar a coexistência com a democracia americano, pelo autoritarismo russo? Como abandonar um povo que lidera e ampara as Nações Unidas, por motivo de uma diágnose, que a diplomacia dos homens de boa vontade aí está para consertá-la?

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os sinos) Lembro ao nobre orador que dispõe de três minutos para o término da hora do expediente.

O Sr. Flávio Guimarães (Pelo arde) Sr. Presidente, requeiro consulte V. Ex.ª a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Assis Chateaubriand conclua sua oração.

O SR. PRESIDENTE — O plenário acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Flávio Guimarães.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, o ilustre Senador Flávio Guimarães pediu que a Casa fosse consultada acerca do prolongamento da hora do expediente, porque nós ambos, diante do café estamos em casa. É um interesse comum o que nos une em presença do infortúnio atual dos frutos da árvore do Bem do Brasil.

Eu falava há pouco, Sr. Presidente, da diplomacia dos homens de boa vontade, para resgatar as falhas do americano de "cabeça esquetada", que azeitam o café. Tenho aqui em mãos trechos do artigo de um desses diplomatas, que, na imprensa, fazem obra construtiva entre o seu e o nosso país. São de perfeita atualidade e de notável clareza as palavras do Sr. Drew Pearson, no "Washington Post", a propósito dessa ameaça de guerra econômica que a exportação cafeeira do Brasil para os Estados Unidos está suscitando. E o Sr. Drew Pearson, pelo gênio irrequieto e rebelde, um dos espíritos demoníacos da televisão e do jornalismo americanos. A valença desse agil colunista é proverbial. É de dela que ele oferece provas mais uma vez, enfrentando a atitude obstinada e sectária de determinadas correntes americanas, na vontade implacável que as domina, de não permitir que o café tenha a chance reparadora, que a geada paranaense veio proporcionar-lhe.

Tenho comigo o original inglês, mas vou fazer a tradução em português, para que os brasileiros vejam que ainda temos amigos na América do Norte e homens da imprensa capazes de fazer justiça ao modo como procuramos resolver os nossos problemas econômicos, dentro de fórmulas que não nos atritem com aqueles com quem queremos viver e comerciar.

Ocupa o Senado o que escreveu o Sr. Drew Pearson, no Washington Post de 12 do corrente:

"O Brasil há muito conhece os Estados Unidos como um país onde o auxílio dado aos fazendeiros é alto, onde o fazendeiro é garantido por um preço razoável mesmo quando ha baixa.

Não é singular que num país que dá centenas de milhões de dólares de subsídios diretos à sua lavoura, se levantem vozes, increpando outros porque procuram também proteger a de-lhe?

Pode-se dizer, Sr. Presidente, que uma das iscas da pesca de votos dos partidos dos Estados Unidos, são os subsídios dispensados pelo Tesouro à agricultura.

O Sr. Drew Pearson tem carradas de razão neste ponto. Continuemos a ler o ardente articulista:

"O Brasil, até alguns meses atrás, não possuía aquela ajuda. Seus preços de café oscilavam para a alta e baixa, com os plantadores de café usando seus cafés às vezes até para pavimentar estradas, porque ela err um entrave no mercado."

Sr. Presidente, oitenta milhões de escass foram incineradas, em holocausto à compensação, que procuramos estabelecer, entre a alta-produção nossa e a capacidade de pagar dos nossos frígidos habituais, deprimidos por uma violenta crise, que abalou o fundamento de sua economia e de se bem que livre, mas de índole agrícola.

Prosegue o articulista do Washington Post:

"No último inverno, houve uma geada no grande centro cultivador de café no Estado do Paraná. Os arbustos de café morreram. Alguns fazendeiros foram à falência. Alguns fazendeiros mais afortunados fizeram fortuna. Plantadores em outros países foram mais felizes porque o preço do café subiu. As donas de casa norte-americanas tiveram que pagar mais, porém o Brasil, que sofreu a geada, levou toda a culpa. Hoje, há um novo fator que poderá piorar a situação, pois os importadores norte-americanos estão boicotando o café brasileiro pelo africano. As vendas brasileiras caíram alarmantemente. Isso significa, portanto, uma coisa: ameaça de depressão — e depressão é certamente o animador do comunismo."

O artigo continua no mesmo tom, favorável ao Brasil, para assim concluir:

"Os mesmos leaders brasileiros que cooperaram durante a guerra, presidente Vargas e Oswald Aranha, estão hoje no poder. Eles são os nossos melhores amigos, mas estão sendo atacados devido às controvérsias sobre o café e a nossa ajuda à África."

Sr. presidente, não conheço página mais aguda e mais justa, como julgamento da falta de tacto com que estão agindo certos círculos americanos, em relação às nações do Novo Mundo e particularmente o Brasil.

Há um delicioso epigrama de Tallyrand que diz: "Estes atos podem ou não podem ser crimes. São, porém, piores do que isto, porque são erros".

Acolheta-se aos nossos braves aliados do Norte a sentença do Senhor de Penigord. Eles são, desde o fim da guerra, os cavaleiros andantes da guerra do pauperismo. O quichotismo americano se acha de lança em riste, em grande parte do mundo, para resgatar a humanidade da fome e da miséria. Soada a hora do hemisfério ser beneficiado, por um plano Marshall indireto — os importadores de café da União, coadjuvados por acções consideráveis do seu povo, se lançou em luta desabusada contra a recuperação continental. E o que se pode dizer: desmanchar com uma mão o que se fez a outra.

Que moral tirar de uma tal duplicidade de atitudes? Como concluir os programas e os atos mesmos dos Estados Unidos para arrebatador o mundo à submissão, com essa mesquinha conduta para com o café que eles sabem é o amparo mais forte da economia de vários países subdesenvolvidos do hemisfério?

Usaram os americanos até ontem como arma da reabilitação física do orbe, o plano Marshall. Recentemente extraram a substituir os termos de beneficência pelos do comércio: trade not help.

Pede-se agora coisa diferente? Pede-se o caso do café noutro plano. Só se pretende comércio, apenas comércio, para fazer erguer a América Latina mal nutrida. A esse reclamo, de New York e outros centros se responde com a quase paralisação das correntes do comércio entre a União e o Brasil.

As duas principais linhas de ataque do Soviet, no mundo livre dos nossos dias, consistem na incentivação do pauperismo, que é o traço da economia dos países subdesenvolvidos, e na super-excitação do nacionalismo, como fonte de atrito entre as metrópoles europeias e os Estados Unidos de um lado, e do outro, por uma violenta crise, que abalou as colônias, e os países de economia, mas de índole agrícola.

A tendência dos povos em condições de baixos níveis de desenvolvimento, é responsabilizar as grandes economias mundiais pelo seu atraso e pela sua debilidade. Essa campanha se dirige particularmente hoje aos Estados Unidos, que têm uma economia, a qual domina o planeta, em linhas de absorção, como nem o Império Romano as conheceu (leia-se E' de tal modo predominante a atividade da economia da União Americana sobre o resto do globo, que, qualquer crise que a afeta logo repercute no resto do corpo comum da espécie).

Mais da metade da riqueza produzida no mundo, se acha concentrada no território que se estende ao norte do hemisfério, entre os Grandes Lagos e o golfo do México, e o Atlântico e o Pacífico. O mais vasto mercado consumidor de matérias primas da terra, os Estados Unidos, podem pôr em colapso a maior parte dos mercados do planeta, apenas abstenendo-se de neles adquirir o de que carecem certas das suas indústrias.

Uma massa de poder material desse volume, não pode deixar de despertar a inveja mesquinha de tantos povos e tantos Estados inferiores, sem programa para o seu crescimento sem entusiasmo nem fé em si mesmos, para trabalhar e progredir.

Uma das mais sinistras estruturas da fisionomia do mundo atual consiste nos nacionalismos com que trabalham os russos para envenenar a consciência dos povos estáticos, africanos e latino americanos, atribuindo fins destruidores da economia deles a ingleses, franceses, americanos, belgas e flamengos. Dizia há pouco num estudo do "Foreign Affairs" o sr. Averell Harriman: "We are in the driver's seat of the world economic machine. (Leadership in World Affairs). Da parte de povos, já na plenitude de sua independência, adquirida sob a influência dos Estados Unidos ou por pressão da diplomacia do State Department, emergem golpes venenosos contra eles, em detrimento de sua conduta, como potencia mundial, que se tem errado, nos últimos tempos é por naverem tentado dar a liberdade a povos em condições de deplorável imaturidade política.

Qual tem sido a política dos russos na China? Estimular as forças do seu nacionalismo, para jogá-las contra aquelas do mundo livre, trazidas no apoio que a Inglaterra e os Estados Unidos davam aos exércitos que os ajudaram a combater a invasão japonesa no continente asiático. Na China ocorreu esta anomalia: os nacionalistas chineses autênticos eram os comunistas. E foi com a mística nacionalista que eles venceram. Não podemos deixar de render aos russos soviéticos a homenagem da nossa admiração pela flexibilidade das armas que eles jogam, por toda a parte, para ganhar partidas, as quais, a princípio, se nos afiguram de triunfo impossível para eles. Que partido não estão eles tirando desse estado de ficção nosso com os Estados Unidos! Não se dá uma só vez em comunismo — que é uma expressão superada. A

palavra de combate é nacionalismo, com o seu condimento mais apimentado, que é o colonialismo.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com muito prazer e honra.

O Sr. Onofre Gomes — Considero essa resistência à aquisição do café brasileiro um efeito. Como não há efeito sem causa, pergunto a V. Ex.^a que realmente é conhecedor dos assuntos internacionais inclusive os que dizem respeito ao comércio, a que causa atribui essa resistência?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já esperava a pergunta. Ela parte de um hábil general, que conhece a grande estratégia militar e a política. Nenhum antecedente da política exterior do Brasil nos últimos dois meses justificaria a grave crise em que nos encontramos com os Estados Unidos e seu comércio importador de café. Ao contrário, tudo anda azul entre o Itamaraty e o State Department. Constatei nos Estados Unidos, depois da reunião de Caracas, o indiscutível ascendente pessoal do Sr. Rao no Departamento do Estado. Ele já conquistou a confiança do sr. Foster Dulles. Nada se fez, depois de Caracas, que pudesse descontentar os nossos aliados do Norte. No caso da Guatemala, o canceler brasileiro também foi irrepreensível.

Pelo sentimento anti-americano, que se está levantando, de novo, no seio da opinião brasileira, os responsáveis são os russos. Mas que espécie de matéria prima manipulam os agentes soviéticos, os instrutores da Escola de Propaganda e Agitação Política de Praga?

A que produzem os escravos do diabinho que, de dentro da órbita dos Estados Unidos, lhes mandam os melhores fermentos de dissensão, os mais fecundos resíduos de rixas entre a economia norte-americana e a dor Estados mais debéis do orbe, da latência continental. Pululam na esfera deste continente, os germes dos blocos do comunismo-nacionalista, que são outros tantos ninhos do comunismo internacional, para a conquista mansa e pacífica dos nossos territórios, como já o foram em parte os da Indochina e da China.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex.^a um aparte. E' sempre um prazer ouvir V. Ex.^a

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado. Maior prazer meu o de ser interpelado por V. Ex.^a

O Sr. Hamilton Nogueira — A impressão, porém, que tenho, pelo discurso é que V. Ex.^a está encarándo um assunto complexo...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E resumindo-o, a toque de caixa.

O Sr. Hamilton Nogueira — ...da mais alta complexidade. A questão da Guatemala apesar de se tratar de pequeno país, não é tão simples quanto se deduz das palavras de Vossa Excelência. Tive oportunidade de fazer aqui, a respeito, uma pequena nota prévia, como dizemos em linguagem médica, quando cogitamos de assunto a ser posteriormente tratado. Creio

que, em primeiro lugar, não devemos confundir os problemas e reuni-los num só. Que a Guatemala era um foco de infiltração e de propaganda comunista, estou de pleno acôrdo com V. Ex.^a. Talvez com menor importância, até do que a irradiação comunista, que, hoje, se verifica no Brasil com o apoio do Sr. João Vargas, o que é coisa muito séria. A questão não é tão simples, como se vê. Por outro lado, não sou tão otimista quando VV. Excias no acreditar que um golpe de Estado ou revolução seja suficiente para extinguir completamente o comunismo numa Nação. As convicções dos que vivem — muitos foram massacrados — não podem ser integralmente abolidas por um desses movimentos. O auxílio americano foi ostensivo de mais. Não houve na Guatemala propriamente uma revolução. Se assim tivesse ocorrido, seria uma questão de economia interna. Houve, sim, incursão de Exércitos partidos de países outros, que atravessaram fronteira, contrariando tôdas as leis que regem as relações entre os povos, e com auxílio bélico dos Estados Unidos. Nada houve de elogiável na atitude militar da América do Norte no caso da Guatemala; ao contrário, houve muito de condenável. Eu trairia a minha consciência, se ouvisse o belo discurso de V. Ex.^a sem expor meu ponto de vista. Calando, estaria consentindo e aderindo às brilhantes e sinceras — disse estou certo — palavras de V. Ex.^a, que, entanto, não esposou.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito obrigado a V. Ex.^a

Senhor Presidente, ainda estamos na pré-história do golpe que determinou a queda do governo Arbenz, na Guatemala. Entre o coronel presidente o coronel Armas o que se viu, cá de fora, foi, antes, um choque de manifestos e proclamações do que um embate de armas. Se subversão houve contra o regime do coronel, suíço-alemão foi a que se fez dentro da capital, com tropas, até à véspera fiéis ao chefe comunista. Essas tropas é que o depuseram, permitindo depois o acesso à metrópole do líder revolucionário que marchava apenas sobre a periferia do território guatemalteco. O assalto direto à autoridade do presidente Arbenz quem o deu foi o próprio exército que a princípio se lhe afigurava fiel e obediente ao seu comando.

Sinto dissentir de cima a baixo da idéia do nobre Senador Hamilton Nogueira a propósito da Guatemala. Eu, chefe do governo federal, no Brasil, proporia derrubar o coronel Arbenz e sua clique comunista com um exército e uma aviação continentais. O hemisfério é quem estava no dever de apreciá-lo, como o líder comunista disfarçado que ele era.

O Sr. Hamilton Nogueira — Vossa Excelência está na plena linha do seu colega, Senador Mac Carthy.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Penso que o Senador Mac Carthy representou, nos seus exageros, uma necessidade social, para tirar a América do relaxamento em que ela se achava.

O Sr. Hamilton Nogueira — Eu, de modo contrário,

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, não desejo mais massacrar a paciência do Senado.

O Sr. Hamilton Nogueira — Repito que é um prazer ouvir V. Ex.^a.

O Sr. Flávio Guimarães — Estamos ouvindo V. Ex.^a com a maior atenção.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito agradecido a V. Ex.^a

No caso dos metais ferrosos do Chile e da Bolívia, ou seja, o estanho boliviano e o cobre chileno, os americanos já fixaram um preço mínimo, que permite ao produtor viver e constituir-se num mercado de poder aquisitivo sofrível num caso bem sofrível, noutro, do comércio com eles.

Hoje, Sr. Presidente, a guerra que os americanos estão dirigindo no caso do café — é este o ponto crucial de minha oração — é feita, especificamente, ao produtor brasileiro, porque só ele tem café. O combate ao preço do café pelas correntes absenteístas do nosso mercado dirige-se, principalmente, ao produtor brasileiro. E' declaradamente contra São Paulo, Paraná e outros menores Estados cafeeiros nossos.

Estou-me batendo, Senhor Presidente, por uma América latina solvável. Quando digo uma América latina solvável, me refiro ao povo, recebendo pelos frutos do seu suor e do seu esforço, contra-partidas com que superar o feudalismo político, a pobreza, o analfabetismo, a tirania da ditadura, do caudilhismo e a propagação dos "reformadores agrários" e dos "libertadores" de massas, todos mascarados em líderes democráticos, mas no fundo, provocadores vermelhos, agindo por conta do que, na China de Hong Kong se chama a "Yenan Way".

Aqui se costuma dizer que o café dá para tudo.

Nos Estados Unidos de hoje ele está dando para seções da opinião pública norte-americana construírem cabeças de ponte vermelhas entre a América e a Rússia Soviética.

A Federación de Cafeteros da Colômbia, em 1952, quando a campanha do Senador Gillette contra os preços do café atingiu o seu ponto culminante, fez um estudo sobre o custo do café na hipótese dele ser plantado, não na Colômbia, mas nos Estados Unidos.

O técnico, Sr. Manuel Mejia chegou à conclusão de que, na base de um salário médio de US\$ 11,20 por dia (contra US\$ 0,80 na Colômbia) o quilo de café custaria nos Estados Unidos 4 vezes mais do que nos países latino-americanos.

Saúde, educação, agricultura, indústria e comércio, poderá promovê-las o Brasil, para se defender da infiltração totalitária, se o poder aquisitivo do seu produto-chave o tolhe para viver, no mundo livre, com decência? Os desígnios do soviet só se frustram como o Plano Marshall frustrou-os na Europa ocidental. Ali as raízes da liberdade, a América firmou-as no bem-estar e na prosperidade. Por ela incentivados, com bilhões de dólares. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).